

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| <b>TOPOLOGIAS DA MEMÓRIA***</b> .....                            | 2  |
| A MEMÓRIA ENALTECIDA POR GREGOS E ROMANOS.....                   | 3  |
| O CRISTIANISMO PROCURA A MEMÓRIA PELA PALAVRA .....              | 4  |
| A MEMÓRIA IMPÕE-SE PELO SENTIDO NA IDADE MÉDIA .....             | 7  |
| A MEMÓRIA CLÁSSICA INVADE O RENASCIMENTO E A CONTRA-REFORMA..... | 9  |
| OS NOVOS MUNDOS QUESTIONAM A MEMÓRIA TRADICIONAL .....           | 11 |
| AS ACADEMIAS ESCOLHEM PERPETUAR-SE POR MEIO DE MEMÓRIAS.....     | 16 |
| À CIÊNCIA, A MEMÓRIA RECONHECIDA.....                            | 19 |
| CRISE DA MEMÓRIA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA ACTUAL? .....          | 24 |
| <br>   |    |
| NOTAS .....  | 32 |

\*\*\*

Ana Luísa Janeira  
Professora Associada com Agregação em Filosofia das Ciências  
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências  
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Rua Ernesto de Vasconcelos  
1749-016 Lisboa  
Co-fundadora, primeira coordenadora e actualmente investigadora  
Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL)  
Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral  
Calçada Bento da Rocha Cabral, 14  
1250-047 Lisboa  
[janeira@fc.ul.pt](mailto:janeira@fc.ul.pt)  
[aljaneira@sapo.pt](mailto:aljaneira@sapo.pt)

## **TOPOLOGIAS DA MEMÓRIA<sup>i</sup>**

Com origem latina transmitida pelo étimo *memor*, *oris* - que se lembra, que se recorda, que adverte, que traz à memória, reconhecido, grato - e *memoria*, *ae* - memória, lembrança, reminiscência, tempo passado, tradição -, a palavra "memória" tem como sinónimos: lembrança, linhagem, registo, tradição, es(ins)crita, acepções que se encontram incorporadas no processo das ciências modernas.

Para situar a função e a representatividade da memória nas cidades, nos jardins e na comunidade científica, convém começar por descrever como é que elas intervieram historicamente, focando nomeadamente o modo como foram emergindo; seguidamente, passar a circunscrever as mudanças mais significativas ao longo deste processo, sem esquecer as demarcações susceptíveis de importância, para possibilitar um pronunciamento fundamentado, quando se pretende caracterizá-las dentro da configuração epistemológica que nos permite pensar.

É preciso também inseri-las na desconstrução que a categoria do tempo, aproximado do instante, e a categoria do espaço, equiparado ao próximo, estão a sofrer, por meio de mecanismos inerentes ao impacto tecnológico e ao fenómeno da globalização.

A tradição e a memória individual ou colectiva (social) dos cientistas, tema que inclui as influências intervindo na construção da identidade e da cultura inerente ao que pensam e fazem, engloba ainda como o conhecimento se (re)produz, com destaque para as metodologias. Por outras palavras, os meios onde contornam e são contornados pela memória, as fronteiras, margens e pontes dos mecanismos de troca nas ciências, e como actuam nelas os termos sociais e culturais da vertente histórica<sup>ii</sup>.

## **A MEMÓRIA ENALTECIDA POR GREGOS E ROMANOS**

Estes povos desdobram a tradição em documentos e monumentos, ou seja, na estrutura interna do pensar (filosofia) e da cultura (literatura, música e teatro), e na materialidade concreta (urbanismo, arquitectura e engenharia).

Como a Filosofia nasce do espanto e se mantém por perplexidades, o mundo helénico apostou na demanda em busca do princípio das coisas. Disseram, numa sequência significativa, que era água (Tales (séc. VII-VI A.C.)) apeiron (Anaximandro (séc. VII-VI A.C.)) ar (Anaxímenes (séc. VI A.C.)) número (Pitágoras (séc. VI A.C.)) devir-fogo (Heraclito (séc. VI-V A.C.)) e falaram até dos quatro elementos (Empédocles (séc. V A.C.)).

Sendo assim, criaram um deslizamento ascético, com avanços e retrocessos, dado o grau de maior ou de menor abstracção de que se serviram para pensar a *arché*. Seja pela necessidade de um fundamento para tudo, seja pela legitimidade de passar para o discurso modos de o substancializar, foram múltiplas as andanças percorridas, ao longo dessa itinerância. A qual correspondeu sempre a um processo com alicerces remotos na *physis*, para desembocar directamente em meandros metafísicos.

Entretanto, a cosmologia primitiva tinha cedido lugar à antropologia. E aqui, a memória tem menos que ver com a origem arque-típica do universo - procura da ousía - do que com fenómenos predominantemente humanos. Platão, menos interessado pelo princípio das coisas, outorgava à memória um imenso papel, pois não era ela que nos permitia actualizar o mundo eterno das ideias?

Conhecer é recordar.

Por isso, a maiêutica socrática, profundamente ligada à origem de cada ser humano emergia como um meta-ódos capaz de mostrar, e destinado a demonstrar, que o conhecimento (con-naissance), desperto pelas sombras do real, é um nascimento (naissance), autorizado por reminiscências. Reminiscências que capacitavam o escravo Ménon para cálculos geométricos e libertavam o prisioneiro agrilhado na caverna. Assim, o acesso à Verdade, ao Bem, à Beleza e à Justiça implicava uma iniciação onde a memória simbolizava uma plataforma essencial para o ideal expresso pelo Kalós (belo) kai (e) Agathós (bom), a Kalokagathía (a honestidade perfeita) vivida no interior de si e no domínio do social.

Curiosamente, dizem que a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles estavam no meio de jardins: a imagem deverá ser lembrada como envolvência propícia à produção humana que dá pelo nome de philo - sophia. Se é verdade que a dialéctica e a maiêutica platónico-socráticas vivenciavam as figuras do parto e do esculpir, o método aristotélico terá sido adjectivado com base numa actividade especial. Se assim foi, a designação de peripatético terá surgido, com alguma probabilidade, quando os corpos se deslocavam com cadências grupais e os espíritos se exercitavam nesse jardim.

Dizem ainda que estes povos viviam num tempo cíclico, logo com boas razões para celebrar momentos fundadores de cidades, desfiles de triunfo, poemas épicos, jogos olímpicos ou bacanais, em gestos de recordação. Paralelamente, a polis e a civitas estavam inscritas com marcas históricas. A partir do exemplo de Roma, a matriz urbana passou a erguer-se com base na definição de duas vias maiores, aptas para acolher praças públicas e memoriais, onde a espacialidade estava orientada desde a origem.

## **O CRISTIANISMO PROCURA A MEMÓRIA PELA PALAVRA**

A mundividência cristã nascente reúne elementos muito específicos, mas não nasceu do nada. A história semita informa-a. O mundo greco-romano passou-lhe uma experiência cultural importante, de onde retirou ideais a seguir ou a abandonar para sempre.

A estética grega e o pragmatismo romano tinham demonstrado como era importante que a matéria sócio-política fosse informada pela tradição estigmada por deuses ou heróis. No primeiro contexto, o teatro memorizara situações volvidas, reconstruídas por actores e coros, cabendo às máscaras um papel fundamental na recriação. Especialmente entre os

segundos, a construção de aquedutos, arcos, pontes ou estradas completara o conjunto, às vezes com majestade.

Na Acrópole de Atenas, São Paulo mostrou que conhecia essa tradição por dentro, quando, ao olhar a harmonia dos templos, falou-lhes sobre aquele "Deus desconhecido" que, afinal, já incarnara.

E incarnara para redimir um pecado original, acontecido num jardim, o Jardim do Éden, genealogia memorial particularmente rica para o imaginário ocidental, a qual se inscreve numa arqueologia cosmogónica a lembrar:

“No caso dos mitos da criação, as exigências de uma perspectiva globalizante impõe um caixilho configurativo que possibilite conjugar o todo, o antes e o depois do nada, com uma espécie muito significativa de jogos e de tensões entre o virtual e o real. A arqueologia do processo requer as competências que procuram articular a grandeza inexplicável e a capacidade de a interceptar pelo pensamento-sentimento.

De facto, trata-se de uma gestação complexa com mecanismos muito prementes e anódinos entre o que a razão concebe a seu modo e o que o afecto ergue com ardor, num conjunto de elementos heterogêneos.

Situação onde a hermenêutica dissecar múltiplas ambiguidades que parecem ter sido escolhidas propositadamente para preencherem vazios e hiatos de ignorância. Quer isto dizer que o surto alegórico ou fabuloso faz escolhas entre quase impossíveis e reúne peças dispersas numa possibilidade integradora.

Daí o tom encantatório com que se constrói, significante prosseguido entre um acontecimento arquetípico que é preciso contar e uma estória que se quer ficcional desde a primeira palavra. Estrutura que no limite encontra o seu suporte integrador nas cosmogonias, essas magníficas explanações apostadas em fazer reviver os primeiros passos do universo, a partir de uma explanação que outorga para si o direito de falar da totalidade com os termos e as preocupações do local, a partir do qual emerge a narrativa.

Daí que cada cosmogonia represente sempre um retrato das vivências individualizadas da comunidade que a faz nascer.

Fazendo-o, aliás, em função de um espaço preciso e de um tempo concreto. Ou seja, a cosmogonia, e consequentemente o mito de criação seu particular, retroprojecta as características de uma sociedade determinada e os projectos como ela se revê, numa mistura entre real e ideal. Talvez por isso, as dificuldades que a leitura sente para acompanhar as formas de contar os primórdios, primórdios do que escapa por essência.

Na verdade, correspondem a uma integração com desníveis variados e muitas vezes difíceis de conciliar, à distância... Assim sendo, constituem fontes privilegiadas para quem conhecer os hábitos e atitudes das colectividades que os viu nascer.

Por isso mesmo, dizer que a Natureza tem uma permanência neste tipo de mitos é uma

afirmação óbvia. Com efeito, corresponde a uma presença imprescindível quando o espírito congemina como era no princípio, a ponto de se poder avançar que o pensamento parece recusar a existência de um cosmos sem natura, qual inconsistência lógica tocando o absurdo.

(...) Muito provavelmente, a configuração semita ligada ao deserto terá gerado a necessidade de conceber o princípio como traslado de um oásis ordenado, por oposição. Ao invés, os povos da floresta, como os amazónicos, terão mantido a ideia de uma luxúria natural intensa e desordenada, por semelhança.

A fenomenologia da planificação veicula a formação de um universo, harmonia particular gerada a partir de princípios arquetípicos, orientados para genealogias estruturantes. A emergência do itinerário relativo às fases e aos momentos do curso criativo comporta sequências marcadas por ritmos, quando os corpos ocupam os lugares, por via da virtualidade transformada em actualidade.

As energias intelectuais e afectivas que alimentam o “pro-jecto”, que quer dizer precisamente “lançado para a frente”, enquadram todos os corolários, dos continentes aos conteúdos. Parece, por isso mesmo, serem esses os elementos a constituir o âmago que regista o encontro entre o sem-tempo e o tempo, com equivalências unindo o sabido e o sem-tempo ou o não-sabido e o tempo. O tempo, esse mesmo, entra no contexto, para significar precisamente aquilo que vai potencializar os instantes e os acontecimentos “por-vir”.<sup>”iii</sup>

Depois da aquidade ontológica do pensar helénico, que nunca encontrou semelhança entre romanos, São João retomou e transformou a questão, numa síntese paradigmática, quando disse: “No princípio era o Verbo”.

Assim e independentemente de muitas outras diferenças, o pensamento cristão nascente descobriu uma fórmula muito sábia, complexa e densa, de expressar a origem, quando inscreveu o seu ponto de partida numa “arqueologia” centrada na densidade de um trajecto que passa pela palavra.

A Boa Nova faz-se de palavras, incarna a palavra, numa sintonia de mensagens dignas de serem contadas e memorizadas. A intervenção da memória passa a ser mais ética e estética do que cognitiva. Por outras palavras, passa a actuar mais como atitude e acção, do que como meio privilegiado para o saber: o plano intelectual é continuado pelo plano eclesiástico.

Conhecer é viver a Boa Nova.

No entanto, não se esqueça que a história foi provando como a institucionalização católica da memória está perpassada por desníveis entre teoria e prática, podendo servir infâmias papais, caprichos principescos, guerras religiosas, desvios de clérigos ou de fiéis, a muitos e variados níveis. Na verdade, quantas vezes não se evocaram princípios

da "memória cristã" para defender teses e interesses que de cristão nada têm. Exemplos concretos da perversidade que pega na palavra para a deturpar, "invocando o nome de Deus em vão". Apesar de tudo isto é óbvio que o Logos-Verbum individualizou uma cultura, na qual o conceito de memória vai preencher elos importantes com sequências diferenciadas.

## **A MEMÓRIA IMPÕE-SE PELO SENTIDO NA IDADE MÉDIA**

Nesses tempos, a Bíblia, livro dos livros, e todos os demais mobilizaram um tipo de conhecimento em torno do ouvir e do ler. O mais importante era saber ouvir a palavra, e saber ler, senão as palavras escritas, pelo menos os sinais e símbolos de uma criação, estigma das potencialidades infinitas do poder divino. Neste contexto, a pregação religiosa como a lição académica faziam-se a partir de um modelo pedagógico muito preciso: o comentário.

Comentar equivalia a trazer o passado para o presente, prestar homenagem a autor(idad)es, acrescentar retóricas a um elo inquebrável de sentido. A interpretação requeria um investimento hermenêutico forte, mas isso não fazia que os avanços correspondessem a qualquer desejo de quebrar com nada do que fora recebido. O esforço posto na reescrita do texto encontrava o investimento dispensado à sua concepção primeira, dentro de uma comunidade intelectual focalizada pela discursividade sequenciada.

A predominância da analogia e da metáfora servia estes intuitos, num quadro de juízos marcadamente analíticos, onde o predicado mais não fazia que explicitar os conteúdos do sujeito.

Ao traduzir um desdobramento sobre si, a especulação traduzia uma inteligibilidade constituída por circuitos fechados, propensos à continuidade de pensamento, logo mantida no quadro de repetições acrescentadas, onde a medida do tempo incluía parâmetros manifestamente lineares, configurados por um critério último, o eterno. Porque, em última análise, tudo já tinha sido dito, o que importava era reunir meios para melhor explicitar o património intelectual, usando para isso do modelo teológico-filososófico de tipo argumentativo. A discursividade munia-se de uma caligrafia mental requintada e subtil, com lugares muito precisos para a memória retroactivada em tempos originais.

A mesmidade representava, pois, o fundamento ontológico que suportava a fides quaerens intellectum e o estatuto metodológico que lhe garantia segurança nos fins.

E porque se tratava de desvelar o sentido profundo da realidade - anunciado pelas palavras ou aproximada por estatuárias e iluminuras -, o espírito humano atinha-se às entranhas reveladoras dos nomes, nomes da rosa e outros.

Conhecer é descobrir o Sentido.

A simbologia e a semiótica confluíam na reflexão de clássicos, baptizados por Santo Agostinho ou São Tomás e elegidos como mediadores no processo catequético-apologético. Estas autoridades serviam de garante a enunciados vindos de longe, agora, ladainhas a repetir com humildade, segundo cadências, pausas e rituais. Livros sagrados e textos filosóficos mereciam a exegese de espíritos pacientes, para quem a *Philosophia ancilla Theologiae* equivalia a um critério de distinção na hierarquia do conhecimento e para quem os autores escolhidos serviam como guias de excelência.

O mesmo treino por repetição descia aos caminhos, Caminhos de Santiago ou de Jerusalém, onde os peregrinos procuravam formas de iniciação, na memória de calçadas e de lugares santificados. Mais acima, num mosteiro, copistas - da escrita sem significar frequentemente performance em termos de leitura - desenhavam letras de um alfabeto predominantemente hermenêutico.

O nome como veículo privilegiado da memória. À mistura, a esbelteza surpreendente das catedrais. A sonoridade do canto chão. Ou o preciosismo dos códices. O pergaminho complementado pela música e pela pedra. Livros de horas. Pautas de coro. Mandrágoras. A tradição inscrita na memória dos dias e das horas.

A mundividência medieval retirava destas realidades quotidianas, projectadas numa *Civitas Dei*, o ambiente primeiro de onde emergiam sinais e selos (lembre-se O Sétimo Selo de Bergman) que incorporavam lendas, sagas, mistérios e dogmas.

A memória pela palavra alargava-se ainda a uma expressão muito significativa da pedagogia medieval: as histórias contadas da palavra, com suas personagens, através de simbologias talhadas em portas, gárgulas e capitéis das catedrais. Como só alguns sabiam escrever, melhor dito copiar, como poucos sabiam ler, foi preciso encontrar este método de difusão junto da maioria das gentes.

Longe da racionalidade imperativa, que virá depois, a bibliografia e a iconografia medievais materializavam uma procura de sentidos, do Sentido, que devia servir de explicação globalizante para o ser e o conhecer, ao entrelaçar a metafísica e a gnoseologia, com vista a uma concepção total. Da mescla resultava uma harmonia estruturante onde tudo encaixava, sem que isso significasse ausência do excluído. Isto é, era excluído tudo aquilo que as autoridades, nomeadamente clericais, não consideravam dignas, ou consideravam incomodativas, para uma memória que tinha de estar ao serviço da causa religiosa.

Os hortos conventuais valorizavam a importância das plantas para o comer e para o saber: no primeiro caso, o lado culinário e gastronómico, no segundo caso, o lado farmacêutico e medicinal. Na verdade, os monges excederam-se na capacidade de integrar os dados fornecidos pelas experiências e as informações que os códices arquivavam sobre o poder dos vegetais. Assim, as memórias relacionadas com a utilidade do segundo reino provinham do legado grego, via Aristóteles (384-322) e Dioscórides (50-

70), e do legado árabe; a que se juntavam, ainda, os conhecimentos agrícolas desenvolvidos pelos romanos.

Se a sobrevivência requeria cuidados com a alimentação, a que se acrescentavam pinceladas para os sabores e para os odores, a saúde e a doença exigiam cuidados acrescidos em épocas de peçonhas e pestes, mediante agentes e linhas de força activas no preventivo e no curativo.

Tudo convergindo para uma atmosfera, onde a tradição vivida por dentro representava uma forma muito especial de estar-no-mundo, porquanto requeria a substância de festas religiosas ou profanas, de tarefas agrícolas nos campos e até de períodos mais propícios para a guerra, dentro de um calendário gregoriano com momentos fortes, os santificados, preparados com novenas e projectados de sol-a-sol.

Curiosamente, as raízes religiosas absorvem as raízes populares, memorizando um imaginário espontâneo associado, por exemplo, a dogmas conciliares. De tal modo que fantasmas dos mais comuns e mistérios definidos por uma teologia elaborada e requintada podiam aparecer juntos. Sendo assim, estes registos são extremamente complexos, porque, apesar de excomungarem heterodoxos e bruxas, mantêm brechas por onde se evadem afectos, temores, emoções e absurdos.

## **A MEMÓRIA CLÁSSICA INVADE O RENASCIMENTO E A CONTRA-REFORMA**

Apesar de serem aparentemente opostos - porque um centra-se no Homem e o outro mobiliza-se a partir da Igreja - o certo é que houve aproximações entre os dois movimentos, ao seguirem lógicas fundamentadoras e regras internas com intuítos análogos: fazer "re-nascer" o universo romano, "re-formar" o catolicismo.

Neste contexto, e face a uma Idade Média ruída pela peste negra, logo decaída nas suas energias, a Europa vestiu a memória com roupagens marcadamente antigas, ao decidir empenhar-se em genealogias culturais e religiosas. Estas genealogias apostavam em percursos de regresso. E o regresso significava uma demanda de soluções para um mal-estar saturado.

O entusiasmo pelos clássicos foi defendido, porque era preciso retomar fontes civilizacionais longínquas, consideradas deturpadas com o tempo. O fervor religioso foi proclamado, porque importava instrução cuidada para repor verdades esquecidas. A Eneida era procurada com interesse e ansiedade. A Imitação de Cristo, que não a Bíblia por causa de Lutero, começou a ser lida por todo o lado.

Conhecer é imitar modelos, recriando-os.

Todavia este retorno não significava propriamente uma busca do primitivo, porque mais

genuíno, mas um retomar de períodos ou de testemunhos engrandecedores, para a cúria cardinalícia ou para a corte principesca. Neste aspecto, a Reforma era mais despojada, pelo menos nas intenções aparentes.

A filosofia e a literatura neo-clássicas entusiasmavam pela capacidade de darem voz à memória de poéticas e de enunciados, considerados dignos de serem conhecidos e copiados, porquanto reuniam condições para mostrarem exemplos de uma produção com qualidade. A imprensa ajudava, na medida em que seria usada como veículo de popularização das ideias.

Se a imitação podia corresponder a um paradigma passadista, nem por isso pretendia ser conservadora, pois não se voltava a um tempo qualquer, mas a tempos assumidos como gloriosos (Renascimento) ou mais autênticos (Contra-Reforma), logo com virtualidades especiais para mobilizarem respostas concretas em situações presentes e futuras.

Sempre que o ideário humanístico e inquisitorial estabeleceram proximidades entre si, resultou uma ideologia latinista e contra-reformista, favorável aos encantos da expurgação, por meio de um retorno a Virgílio ou a São Pedro.

Para completar o panorama, a Companhia de Jesus propagava uma pedagogia e catequética onde, a par dos exercícios da vontade, havia um treino orientado para (e pelos) exercícios da memória. Voltados para a presença de uma tradição a preservar, mas sem menosprezo pelas novidades, estes instrumentos privilegiados do conhecimento eram aproveitados para aperfeiçoar a lógica e a metafísica aristotélicas, reinterpretadas pela Escolástica, e assumiam o seu papel em termos da psicologia inerente aos famosos Exercícios Espirituais, obra importante de Santo Inácio de Loyola.

Para completar ainda mais o panorama, o coleccionismo papal e real, acumulando objectos realçados do passado, estabelecia reservas, num frenesi de compor conjuntos temáticos sem falhas, para recompor uma ordem cognitiva securizante: pedras preciosas, conchas, armaria, animais embalsamados, moedas, quadros, estátuas, códices, relógios, ervários.

Simultaneamente, retomou-se a tradição da memória monumentalizada. Como nunca tinha acontecido em tão grande escala, os mecenas escolheram as belas-artes para intervirem como apoio ao poder. Resultado, a Roma de Sisto V não tinha nada em comum com a urbe medieval. Era uma metrópole ampla, esquadrinhada, com grandes vias, praças e colunatas. Numa palavra, tinha sido renovada de acordo com a dimensionalidade própria de gestos lendários, como os de Rómulo e Remo, na intercepção vial de épocas lendárias.

A cidade foi perspectivada com grandeza, para propiciar desfiles e procissões, através de pontos altos simbolizados por basílicas e obeliscos, marcas intercalares dentro de trajectos evocadores de movimentações religiosas de tipo colectivo. Assim, em épocas importantes do calendário litúrgico, as procissões reuniam multidões de fiéis para comemorarem passagens significativas da vida de Cristo, de Santos ou de Mártires, sendo que os percursos eram cuidadosamente planeados para surtirem impactos

sensoriais e emocionais fortes. A hierarquia romana aproveitava-se desses efeitos, para se munir de seguranças no que respeita a possíveis desvios da devoção popular.

Porque essa era a estratégia de fundo, que até gerou um Maquiavel, estipulava-se uma correspondência directa entre a peregrinação exterior, pautada pelos lugares, e a peregrinação interior, segundo critérios espirituais. A memória individual era explorada, a memória colectiva estava instrumentada, enquanto que a memória urbana manejava ainda melhores resultados.

A arquitectónica volumosa, ao retomar medidas à moda dos romanos, conseguia exaltar o respeito pela autoridade - financeira, política e religiosa, por vezes reunidas numa mesma pessoa - obtendo frequentemente fins de declarada submissão.

Acompanhada pela escultura e pintura, a monumentalidade urbana memorial invadiu o espaço criativo, com estilos requintados, belamente sóbrios, onde as rectas se assenhoreiam da dimensão construída em verticalidade, e onde os planos se concentram em produtos ópticos tridimensionais, modelados ou construídos no mármore. Grandes praças, frontões triangulares, arcadas robustas, colunas salomónicas, estátuas imponentes, preparavam a entrada para um espaço-salão, seja a Igreja de Gesú ou a Basílica de São Pedro.

## **OS NOVOS MUNDOS QUESTIONAM A MEMÓRIA TRADICIONAL**

Para abandonarem a navegação costeira, auxiliada por portulanos, e remarem ao mar alto sem terra à vista, portugueses e espanhóis precisaram de observar fixamente os céus e as costas, estriando a representação do globo terrestre com cartografias medidas em latitudes, longitudes, paralelos e meridianos. Quando chegaram a terras longínquas, navegadores e conquistadores tiveram de interiorizar atitudes favoráveis à mudança, munindo-se de meios para incorporar ambientes e fenómenos nunca vistos.

Se o treino teórico e prático, em astronomia e cartografia, os capacitava para responder a certas novidades e imprevistos naturais, havia muitos outros momentos que implicavam saberes inovadores e reformulações técnicas adequadas.

Naquelas paragens, a configuração cognitiva passou a basear-se na "experiência feita", sendo que esta experiência exigia, não só a percepção adequada de novas lógicas, como esquemas adaptados às realidades envolventes, do Atlântico, ao Índico e ao Pacífico.

Conhecer é saber-olhar e saber-ver.

Na verdade, como o conteúdo do ensino recebido e a forma do mundo recém-descoberto se revelavam contrastantes, a capacidade de estar atento aos estímulos sensoriais, nomeadamente na área do visual, adquiria um estatuto cognitivo básico. O carácter

limitado e limitante dos livros questionava, pois, o espírito europeu, surpreendido por um desequilíbrio, só contornável com grandes rupturas: o desequilíbrio entre o que pensavam conhecer e o muito que tinham ainda para aprender.

Nestas condições, importava reunir meios propiciadores de uma mentalidade disposta à novidade, ou seja, criar módulos e relações mentais aptas para refazer a medida exacta que uniria " as palavras e as coisas ", à margem do saber-ouvir e do saber-ler, outrora dominantes, mas que eram agora contestados.

Face a este conjunto, impunha-se ter uma visão de conjunto, porque as alterações apontavam para uma ordem nova, determinante. Por isso, a História Natural e a Filosofia Natural concebiam a realidade segundo uma lógica global. Todo, de onde só se retiram partes, através de raciocínios tendendo para a abstracção. Por isso, também, os Três Reinos da Natureza equivaliam a uma funcionalidade cognitiva e disciplinadora, fora de uma essencialidade declaradamente estrutural. Enquanto isso, o horizonte fantasmático da globalidade foi perdurando, apesar do pensamento analógico ter perdido terreno depois do Renascimento. Por outras palavras, a definição da unidade fundamentadora relacionada com o universo perdurou, para além do esforço que conseguiu distinguir.

Contribuindo para a integração dos adquiridos recentes, e sua consistência geral, a ordem, a sistemática e a mathesis surgiam como grelhas de inteligibilidade para semelhanças e diferenças.

Daí se explica porque é que começa a emergir uma personalidade muito particular - o naturalista - a quem cabe desenvolver uma estrutura à margem de todas as especialidades, que viriam a existir posteriormente: olha por todo o lado, olha por tudo, atendendo ao todo que vê, procurando descrever a totalidade que alcança. Mesmo se certo distanciamento o tornava mais sensível ao diferente, nada lhe era verdadeiramente estranho. Falando com propriedade, ele nunca se sentia estrangeiro, alguma vez, por qualquer espaço. Neste contexto, tudo aquilo que era passível de ser considerado como elemento constituinte e constitutivo da Natureza devia ser compreendido - olhado, visto, observado - como fazendo parte de uma mesma realidade: das colinas geográficas às máscaras indígenas, das formações e estratos geológicos às epidemias, dos animais selvagens ou domésticos às drogas exóticas, dos costumes sociais aos esplendores botânicos insuspeitados.

As distinções encontravam-se esbatidas porque havia um substrato fundamentador permanente e omnipresente, do lado do objecto, e porque a atitude cognoscente, por parte do sujeito, se atinha sobre as superfícies e visibilidades exteriores. Com efeito, no meio de muitos percursos e veredas, estes eternos itinerantes da floresta tropical às costas europeias primavam por uma óptica contida na vista desarmada. Param. Olham. Tornam a parar. Tornam a olhar. Desenham aqui e acolá. Tiram notas. O estilo resultante - descritivo, analítico e muito pormenorizado - mediava da pureza neo-clássica à sobrecarga rócócó.

Concluindo, atento ao universo dos seres, fascinado pelo vulgar de Lineu ou pelo exótico, o naturalista foi aquele espírito singular, movido por semelhanças e diferenças, que fez

pontes metodológicas, em demanda do sistema natural. Sendo um "profissional do olhar pertinente" e um amante do ar livre, o campo chamava-o pelo corpo e alma. E esta atracção constituiu um apelo a que correspondia fielmente, em saídas por algumas horas ou estadias de vários anos.

No que ela tem de memória continuada, a tendência coleccionista mantém-se. Aumenta até. Mas já apresenta outras características. A colecção descobre formas novas. Por um lado, a rapina do mundo exótico arrasta um património riquíssimo e muito mais variado, a abarrotar nos cofres europeus. Por outro lado, as desigualdades obrigam à comparação e sistematização entre exemplares, acicate maior para a sede de acúmulo.

A configuração epistemológica possibilita, pois, a emergência de uma mentalidade pletórica, viciada pelo preenchimento de vazios - vazios entre conchas dentro de um armário ou vazios entre minerais sobre uma mesa -. Aprofundando um pouco mais, dir-se-ia que, a seu nível, esta necessidade representará, por certo, a urgência de soluções para o vazio que ficou, quando a analogia e a metáfora começaram a ser irradiadas, de acordo com as alterações vigentes. Com elas, afastaram-se, igualmente, um tipo de cultura, de tradição e de memória.

Os europeus levaram para os Novos Continentes a memória da sua urbanização. Por isso, não surpreende constatar como as diferenças existentes no Velho Continente foram transplantadas pelas caravelas e pelos galeões, a ponto de influenciar uma capacidade de execução de tipo diversificado.

Atenda-se à Península Ibérica.

Seguindo algum espírito intimista, associado às sinuosidades dos burgos ainda medievais existentes por cá, os portugueses privilegiaram linhas e quadrículas, com ruas estreitas, pavimentos de pedra e casas térreas coladas umas às outras, por lá. Lembre-se Parati, Colónia do Sacramento, Malaca ou Macau. De facto, a extensão natural que a descoberta lhes propicia, com campos abertos e grandezas extensas, associada a vazios nunca dantes ocupados, favorecia a adopção de planos mais esquadrihados, contribuindo para povoações e cidades com plantas dependentes da régua e do esquadro.

Embora a área governamental e eclesiástica contrarie o aspecto contido dessa arquitectura, elevando pés direitos mais ousados nomeadamente nas igrejas, é na arquitectura e engenharia militar que sobressaem os exemplares destacados, como sejam várias muralhas e fortalezas erguidas pelo mundo.

Pelo facto das zonas costeiras e fronteiriças levantarem problemas defensivos maiores, a segurança dos territórios e dos súbditos de Sua Majestade reveste-se aí de maior esmero, com cuidados especiais. Quando se lhes acrescenta situações conturbadas de limites, a exigir aparatos legislativos firmes - como aconteceu com o Tratado de Madrid (1750), o Tratado de El Pardo (1761) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777) - as demarcações requeriam substratos científicos para a definição da geopolítica, como ainda para estratégias materializadas em marcos indelévels, como os Fortes de Coimbra e de Viseu e o Real Forte Príncipe da Beira, na Capitania de Mato Grosso, guarnição militar da

frente Oeste.

Marcados pela opulência dos Áustrias, seguindo a linhagem de Carlos V, os espanhóis, ergueram construções públicas com uma força e uma monumentalidade peculiares. De estilo semelhante são ainda as casas brasonadas, os mosteiros ou os conventos, ao longo do seu império colonial. Do que resultaram conjuntos majestosos, ocupando todo ou quase todo um quarteirão, com belas arcadas aconchegantes nas zonas tropicais. O critério do dimensionamento e da volumetria toca o sublime, quer ela se erga no plano ou no inclinado, como pode ainda hoje ser admirado nos centros históricos da cidade do México, de Habana ou de Potosi.

O império hispânico seguiu um estilo geral alimentado por grandes escalas e para isso serviu-se de paradigmas tradicionais com muita carga simbólica, com relevo para um núcleo dinamizador centrado na Plaza Maior, e para a rigidez e as adaptações consignadas pelo aparato estipulado nas Ley das Índias, primeira legislação urbanística moderna.

O aparato deste discurso detalha as condições da fundação das cidades e fá-lo usando uma linguagem em continuidade com formas e conteúdos ancestrais, mas também ao serviço das circunstâncias novas. A sobrecarga das formas nas fachadas das igrejas e nos portões das casas senhoriais, com pátios e ferro forjado, lembram Espanha, mas o edificado também recorre a materiais mais frequentes dos arredores.

Assim sendo e apesar da natural e necessária cedência à geomorfologia, os projectistas das cidades, militares ou civis, recorrem a linhas definidoras dos espaços e a modos de erguer de acordo com a dimensão mais aconchegante ou mais grandiosa, mas sem significar menor preparação dos primeiros face aos segundos, como muito bem relevou Sérgio Buarque da Holanda nas Raízes do Brasil.

Acresce, finalmente, um facto curioso:

“Os portugueses colocaram o Jardim do Éden em terras brasílicas, como tem sido dito de há muito e foi recentemente reiterado por constatações oriundas da área disciplinar da Arquitectura Paisagista, nestes termos:

“(...) "Ora o Senhor Deos tinha plantado ao principio<sup>iv</sup> hum paraíso, ou jardim delicioso<sup>v</sup>, no qual poz ao homem, que tinha formado. Tinha tambem o Senhor Deos, feito nascer da terra todas as castas d'arvores agradaveis á vista, e cujos fructo era gostoso ao pádar: e a arvore da vida no meio do paraíso, com a arvore da Sciencia do bem, e do mal."

Desde a descoberta de Pedro Álvares Cabral que se procura identificar o Brasil com o jardim de plantio divino, por meio de analogias fáceis e atractivas. Contudo, há que destacar que alguns desfasamentos geográficos comprometem esta interpretação expedita, lembrando que da leitura atenta dos textos do Génesis pouco se pode assegurar quanto à sua localização exacta. Como, então, justificar estas pretensões se o imaginário colectivo o perpetuava a Oriente?

Alguns manuscritos reflectem a surpresa e o impacto da nova descoberta, destacando-se o carácter imediato, analógico e utilitário das primeiras narrações, nas quais se exaltavam afinidades zoológicas, mineralógicas e botânicas com as originais descrições bíblicas.

Documentos subsistentes testemunham outras formas de inteligibilidade sobre um objecto distinto - as terras e as plantas de Vera Cruz - cuja exploração ao longo dos últimos quatro séculos tem vindo a acompanhar o desenvolvimento da ciência.

Sem dúvida que a criação desta imagem se fundamentava numa política colonial. Contudo, a vastidão e complexidade da paisagem brasilica assegura, ainda hoje, perplexidades perpetuando no ideário ocidental a imagem de um paraíso tangível. (...)

Embora a necessidade de ocupação de um vasto território se apoiasse na divulgação desta imagem popular e idílica, não se pode assumir a extensão da mesma a níveis de conhecimento mais restrito de onde se destacou gradualmente o estudo criterioso das plantas. A realização das primeiras explorações em Terras de Vera Cruz, a concretização das primeiras colheitas de exemplares botânicos e dos respectivos registos de informação, inserem-se no contexto pré-científico da Renascença, período em que não se tinha instituído a Botânica como disciplina autónoma. Nesta época, o estudo das plantas integrava a História Natural, orientando-se por um modelo essencialmente descritivo cujas origens remontavam à antiguidade clássica.”<sup>vi</sup>

Na verdade, uma das razões porque os portugueses se sentiram privilegiados, aquando da descoberta oficial destas paragens em 1500, equivale à satisfação de um sonho marcadamente euro-medieval que procurava de há muito uma zona terrestre identificável com o Paraíso redescoberto. Contudo, para isso pudesse ser considerado como uma certeza, seriam necessários factores equivalentes a critérios de verdade. Acontece que eles não faltaram, a partir do início. Na verdade, as zonas marítimas abriram, desde logo, tudo aquilo que a penetração foi sempre confirmando, mata adentro. Um clima tão propiciamente ameno que melhor seria afirmar como se estava vivendo num permanente encantamento primaveril<sup>vii</sup>, ao longo de todo o ano.

Uma população a maravilhar os recém-chegados pela sua longevidade, porquanto os relatos de descobridores, colonos e viajantes apostaram em multiplicar os elogios envolvendo a presença continuada de tanta gente centenária<sup>viii</sup>. Os rios surpreendentemente misteriosos e caudalosos, a correrem por todos os lados e impressionando tanto, quanto os primitivos mapas os representavam com uma supremacia imagética e iconográfica inigualáveis<sup>ix</sup>.

Por estes três factores principais<sup>x</sup> - requisitos permanentes inerentes ao mundo adâmico - a consagração do Brasil como Éden passou à história. Ao mesmo tempo que o percurso pelas coisas notáveis e espantosas deste Jardim supunha uma teorização epistemológica e um modelo de abordagem, partindo dos olhares-saberes iniciais, para chegar à emergência dos métodos-ciências da História Natural dos Três Reinos<sup>xi</sup>. ”<sup>xii</sup>

## **AS ACADEMIAS ESCOLHEM PERPETUAR-SE POR MEIO DE MEMÓRIAS**

Quando se avalia a capacidade do conhecimento se revitalizar em extensão, o que contribui para o seu estatuto em termos de cultura, verifica-se que a modernidade juntou meios adequados para impor um estado organizado, um exército disciplinado e uma elite intelectual centralizada.

Para isso muito concorreu um primeiro termo da estrutura, a razão elevada a representatividade sem par, e um segundo termo, o sujeito, alcandorado a vigilante permanente. As ciências, essas, ocuparam o terceiro termo, também fundamental, como escopo por excelência do sistema.

Neste contexto, as academias assumiram uma função primordial, pois coube-lhes contribuir para uma transformação forte. Na verdade, foram elas que reuniram as pessoas e os meios disponíveis para favorecer a emergência das ciências modernas, a partir do século XVI, com auge no século XVIII.

Desde o início apoiadas pelo poder económico e político, estas instituições apresentaram características bastante variadas. Com o tempo, percorreram vias de desenvolvimento não uniformes, incluindo fases de apogeu ou decadência. Mesmo assim, pode dizer-se genericamente que, não só estruturaram lugares próprios para uma comunicação efectiva de problemas, hipóteses e resultados, como também ajudaram a dinamizar meios de reconhecimento e profissionalização para muitas disciplinas. Permitiram, finalmente, formas de controlo governamental sobre o mundo literário e científico.

Com elas, principia, pois, um processo prolongado, onde toda a modernidade faz os seus elos: as diferentes formas de conhecimento começam a ser modeladas, aferidas e legitimadas segundo os critérios impostos pelas ciências, enquanto inteligibilidade criativa - experimentos, produção - e inteligibilidade transmitida - ensino, reprodução.

Conhecer é saber-observar e saber-experimentar, em termos reais.

A metrópole iluminista adequou-se perfeitamente a todas estas ideias, que materializou com mestria, quando instrumentou uma memória organizada pelo aparato científico-técnico e instaurou a forma disciplinada como os habitantes deveriam entender a urbanidade. Por outras palavras, criou um processo com gestos e hábitos que afastavam as pessoas da cidade de um *modus vivendi* com raízes longínquas e orquestrava uma estrutura quotidiana que os separou do campo, para todo o sempre.

Diga-se que o conceito de memória mais próximo sofreu aqui um duro golpe, pois a supremacia racional exigia-lhe um adestramento ao rectilíneo, uma dependência ao classificável e um ordenamento ao geométrico.

Quando conceberam o modelo global para lidar com o espaço, os urbanistas modernos -

de Eugénio dos Santos a Georges Eugène, baron Haussmann (1809-1891) - delinearam traçados que traziam consigo um modo diferente de viver no tempo. Enquanto isso, favoreciam ainda zonas - da residencial à comercial e industrial - definidas e tipos de sociedade para um convívio humano mais distante.

Arregimentados por avenidas amplas e grandes praças, os projectos favoreciam separações entre anões (escala humana) e gigantes (escala do edificado). Como isso acontecia em altura e em largura, a vida humana passava a situar-se entre um micro e um macro, muito diferente do jogo entre Cultura e Natura, a que estava acostumada.

Devido a uma ligação mais íntima com a "natureza mais natural", esta expressão ressaltava com maior nitidez nos jardins, orientados por uma encenação vegetal com fontes e estatuárias medidas pela proporcionalidade, ao criar cenários de grandeza ao serviço de cenografias muito planificadas e onde nada deveria ficar sem controlo. Na verdade, da água no repuxo à flor no canteiro e à árvore no pomar, tudo permanecia submetido à vontade delineada no papel, vontade estética muitas vezes próxima de uma memória clássica.

Assim, o desenho rigoroso regia as linhas recordando uma purificação das formas, despojadas de supérfluos e investidas no essencial, sem volúpias nem arrebiques, e actuava assim quer na pedra, quer no floral, quando criou uma maquetagem da cidadania temperada pela nitidez da paisagem sem interferência de uma geografia ditada pela complexidade e pela mistura.

"Esta sociedade, que começa a descobrir a necessidade de um maior aparato por via da lei, usando-a para se proteger de tudo que a possa abalar, não opera de qualquer maneira. Por isso, num ímpeto de racionalidade, especificamente moderno, vai descobrir que não é bom o mesmo cárcere para quem deve estar escondido ou camuflado para a visibilidade, por doença ou por anomia.

Daí que vá mais longe e actue para apartar entre si, os perigosos, desviando os loucos dos criminosos. Philippe Pinel (1745-1826) o terá feito, primeiro tirando as correntes aos homens (Bicêtre) e depois às mulheres (Salpêtrière), em gestos celebrizados e memoriados. A "abolição das cadeias" acompanhada pela diminuição das "masmorras", escusas e escuras, corresponde a um esforço unido por classificações nosológicas e nosográficas, por relatórios médicos, por tratamentos cada vez mais apetrechados pela técnica.

Os manicómios passaram a contentores da des-razão, distribuídos por pavilhões funcionais. Com uma zona de segurança. Camaratas de acamados, também. Os demais esgueiram-se pelas salas, pelos corredores e pelos espaços externos, penando de um ócio sem desejo nem sonho. Vigilância.

Justaposto, o modelo panóptico instaurou ambiguidades entre invisibilidades e visibilidades. Por um lado, disfarça tudo aquilo que não quer enxergar na hipocrisia de uma imperturbável realidade, sem emoções nem distúrbios. Por outro lado, quer ter o poder de inspeccionar o íntimo, no interior dessas e de outras paredes.

Esta arquitectónica remonta a uma ancestralidade romana, onde os coliseus representavam espaços privilegiados de visão, ao serviço de um poder político a controlar pelo prazer do espectáculo, como em prol de uma massa de gentes excitada com a encenação e o divertimento. Tem também alguma semelhança, mas semelhança invertida será o termo, com os teatros anatómicos, onde o olhar centrípeta, como pode ainda hoje ser apreciado em Uppsala, em Padoua, ou em Leyden. No Gustavianum (1620), pertença da Uppsala Universitet, a torre octogonal, coroada por seu porte real, constituía uma estrutura fundamental para as demonstrações, onde – anote-se mais uma aproximação entre o mundo anatómico e o mundo carceral – só corpos de criminosos eram dissecados, perante os olhos curiosos de algumas pessoas importantes sentadas e mais umas duzentas de pé, durante as sessões públicas com entrada paga.

Aliás, Olof Rudbeck evidenciava-o, quando convidava, nestes moldes, para um evento, em 1677: "Vinde numerosos ver como o homem sobre a mesa anatómica deixará cair o seu vestuário. Poderemos olhar com os nossos próprios olhos a nossa fraqueza e a nossa fragilidade, e deveremos então pedir a Deus todo-poderoso para nos fazer participar da sua graça e dar-nos um vestuário sem contágio e sem mácula"<sup>xiii</sup><sup>xiv</sup>.

À sua maneira, os debates entre empiristas e racionalistas não deixaram de reflectir as mudanças à volta, porquanto denunciavam a tensão, e até o mal-estar, resultante da dominância da razão sobre a dominância dos sentidos. Tensão a consignar uma genealogia com muito impacto futuro

No que respeita o exemplo individualizado das academias científicas, destaque-se o seu grande papel na implementação do experimentalismo. Esta afirmação merece um esclarecimento, numa tradição como a nossa, e vai ver-se porquê. Ele não equivalia a qualquer desconhecimento da importância da teoria na produção científica. Muito pelo contrário. Na verdade, os laboratórios existentes ou as sessões públicas, quando se divulgavam efeitos mais espectaculares, eram apoiados em trabalhos teóricos de grande qualidade. No contexto português, porém, verificou-se uma situação própria.

Para além de outros factores que devem ter actuado, o certo é que, apesar de muito valiosa, a reforma pombalina - movimento definindo-se pelo seu lado contra..., com uma natureza particularmente anti-especulativa e anti-reflexiva - permitiu uma mentalidade alimentada por um obstáculo epistemológico generalizado: toda a especulação é asfixiante para o saber, toda a teoria equivale a especulação, logo, toda teoria é desnecessária. Ou, no mínimo, inoperante.

Certamente também por isso, nasceu uma primeira geração na Real Academia das Ciências de Lisboa com características marcadamente práticas e aplicadas, e com manifesto desprezo pela teoria. Se é verdade que este aspecto facultou trabalhos notáveis muito ligados a problemas concretos, como sejam os diversos inventários sobre os recursos do reino, o facto é que lhes retirou uma das vertentes fundamentais da ciência moderna, com prejuízos futuros. Lembre-se a nossa vulnerabilidade na adesão e arrastamento das teses positivistas.

A seu modo, a configuração geral facultava novos conteúdos para a intervenção social da memória. Os poderes públicos e privados investiam em bibliotecas, colecções e torres do tombo. Mais ainda. Em face dos antigos, cuja memória era criticada ou pelo menos desvalorizada, os modernos, ciosos dos seus adquiridos e sucessos, sentiam necessidade de criar, a partir deles próprios, canais para difundirem a lembrança de si.

Nas academias, o mecanismo foi particularmente significativo. O trabalho com valor digno de ser lembrado, pelo que apresentava no presente e pelo que representava como exemplo(ar) para ser lembrado no futuro, tomou o nome genérico de Memória, pelo que as suas publicações são frequentemente designadas assim.

Além disso, exercitavam-se no Elogio do candidato a sócio ou do sócio falecido. Escolhendo sessões específicas, o colectivo dos académicos vincava os sentimentos de homenagem, complementados por publicações, onde mostrava (re)conhecimento. Por elas, dizia-se com conhecimento de causa sobre as qualidades dos pares, de quem reconhecia o justificado valor. Paralelamente, difundia (con)tributos, ao reiterar quanto a instituição em particular e a sociedade em geral recebera deles contributos importantes, obrigando-se a tributos públicos. Muitas destas tradições foram perdurando, até hoje.

Acrescente-se ainda que não deve ter sido sem significado que a árvore enciclopédica das ciências, das artes e dos ofícios, proposta pela Encyclopédie, incluía os ramos seguintes: a razão (filosofia), a memória (história) e a imaginação (belas-artes), identificadas com as três divisões do sistema figurado e com os três objectos gerais do conhecimento. Na verdade, cabe-lhes a honra de serem escolhidas como ramificações primeiras de um tronco comum robusto - o entendimento -. Paralelamente, é óbvio que concorreu para o ajeitamento do que merecia ser lembrado, utilizando canais de comunicação tais que os resultados conseguidos, pela dinamização de Diderot e D'Alembert, foram a pedra básica do modelo de globalização, por onde o fim do século XVIII apostou com investimento e muita energia.

## **À CIÊNCIA, A MEMÓRIA RECONHECIDA**

Observem-se três acontecimentos significativos ocorridos na cidade de Paris, à época capital cultural do mundo, entre uma monarquia decadente e uma espírito revolucionário já distante:

Edificação da nova Église de Sainte Geneviève, 1755 a 1790 - Construção concebida por Soufflot: plano em cruz, vasto pórtico, cúpula imponente. Estruturas góticas tendendo para a grandiosidade grega. Capacidade arquitectónica em termos de volumetria com cheios e vazios.

Criação do Conservatoire des Arts et Métiers, 1830 - Estruturação de um espaço expositivo enaltecedor, com destaque para o contributo benéfico dos produtos manufacturados em prol da felicidade do género humano. Realidade conseguida, na sequência de uma proposta anterior, elaborada pelo Abbé Grégoire (1794), que defendia

a utilidade de preservar colecções das artes mecânicas e propunha meios eficazes para se difundirem e patentearem invenções.

Edição do Cours de Philosophie Positive, 1830 a 1842 - Publicação em 6 volumes da grande síntese concebida por Auguste Comte. Obra reveladora de uma visão de conjunto, marcadamente coerente e articulada, submetendo a organização dos capítulos à hierarquia das ciências.

A vontade de afastar o Ancien Régime não impediu a Revolução Francesa de ir buscar ritos e símbolos ao passado. Para isso, explorou os objectos históricos com mestria, ao consignar o encontro entre a sua institucionalidade político-social e as regras que ela instituiu, nesta frase lapidar do Panthéon: "Aos Grandes Homens, a Pátria Reconhecida".

Depois o progresso irá estipular, também, as suas festividades por excelência: Londres (1851, 1862), Paris (1855, 1867, 1878, 1889, 1900), Porto (1865), Viena (1873), Filadélfia (1876), Barcelona (1888), Chicago (1893), Bruxelas (1897). Na verdade, as exposições universais do século XIX demonstravam como a utopia exigia cidades ideais, concebidas no melhor dos mundos. Identificavam ainda estes acontecimentos ímpares a festas do trabalho, das ciências e das técnicas, proclamando-as com inaugurações pomposas e cerimónias faustosas de encerramento.

Além disso, coroada pelas artes, a mensagem museográfica das ciências associava o útil ao bem-estar social, fundamentais para a felicidade do género humano, ligando-os por uma estética com escopos intelectuais, da engenharia à arquitectura do ferro, da literatura fin de siècle à art deco. Ao mesmo tempo, os avanços da indústria introduziam uma nova ordem económica, a jusante do crescimento tecnológico, apoiando-a no uso extensivo das máquinas e no emprego de uma série de métodos inovadores. Esta ordem nova dominava os espíritos e deixava estigmas inexoráveis nas formas e conteúdos.

Quando se tenta perceber o fenómeno da destruição dos pavilhões, que fizeram parte das grandes exposições ao longo do século passado, parece óbvia uma das facetas mais gritantes de uma tendência a questionar. Se é verdade que a arquitectura materializa a intenção de resistir à voracidade do totalmente corruptível ou alterável, e mantém a tradição da cidade organizada para ficar, como foi que essa destruição aconteceu?

Apesar da natureza precária de certos materiais justificar parte do fenómeno, o carácter efémero das exposições universais lucra de ser submetido a uma reflexão de tipo epistemológico. Se for ligado à fé num crescimento permanente e inexorável das técnicas, e por arrastamentos das ciências, percebe-se como esteve dependente de factores mais gerais, com o condão de tornar a novidade obsoleta em pouco tempo.

Na verdade, a crença na ordem e no progresso fez-se acompanhar de um desencanto não menos forte: o património expositivo, como aconteceu durante os primeiros anos, foi erguido na malha centenária das cidades, equivalendo, por isso, a um obstáculo incómodo para qualquer mudança: os novos modelos de urbanismo exigiam alterações rápidas ou até radicais; o dimensionamento alargado de avenidas ou praças determinava que se não ficasse preso ao remanescente.

Marcas visíveis no espaço exterior. Na toponímia das cidades - Avenue Gay-Lussac e ruas limítrofes no Quartier Latin, Plaza Marañon na Castellana e Plaz Zeiss em Berlim - estavam lembradas as celebridades. Nos lugares evocativos - monumentos, estátuas, memoriais, lápides, inscrições - eram deixadas as suas inscrições. Alargando a análise, verifica-se que, neste clima geral, os edifícios destinados às práticas científicas, nomeadamente complexos universitários ou laboratórios de estado construídos de raiz, eram planeados e dispostos na malha urbana, através de formalismos arquitectónicos com dimensionalidade e volumetria.

Dimensão e volumetria requeridas pelas funções de prestígio. No contexto global da cidade e da cidadania democrática, coube-lhes preencher pontos nevrálgicos entre percursos de poder. Se tivessem a dignidade clássica ou neoclássica, tanto melhor. Lembre-se o M.I.T, a Columbia University, a École Polytechnique, o Imperial College, a Reitoria da Universidade de Lisboa, bem depois.

Marcas visíveis no espaço interior. Numa parede imponente do átrio de acesso, numa estátua ao cimo da escadaria, numa lápide destacada e pomposa, ou, até, em cima de uma porta particularmente alta, nomes próprios gravados e frases célebres recordavam homens de ciência e descobertas científicas a não esquecer. Mais adiante, ambientes (o gabinete de...) e objectos (o microscópio de...) particularizados. Na verdade, a instituição científica continuava a imprimir à matéria edificada a força de uma memória de factos e feitos, onde espraiava, também, uma das suas razões de ser.

A vontade de inovação por parte do aparato industrial não obistou a que a elite mais esclarecida deixasse de guardar, conservar e mostrar, genealogias de ferramentas, máquinas e aparelhos.

A vontade de questionar a filosofia anterior, considerada caduca porque metafísica, não inibiu o positivismo de responder à necessidade de mitos, jogando forte em favor do mérito obtido através de avanços científicos e apelando para mecanismos construídos com base num fascínio desmedido, pautado pelo desenvolvimento para melhor. Adaptado como poucos sistemas mentais à época onde nasceu, por ser o mais consentâneo com a Segunda Revolução Industrial, este ideário consubstancializou realidades pertinentes, serviu de propaganda a sonhos genuínos e fez propostas que traduziam, em termos ideológicos, um estado de espírito consignado pela prática social vigente. Daí que o seu maior mérito (e, por certo, a sua maior fragilidade) advenha, precisamente, do modo como foi ajustado e hábil, ao expressar virtualidades, desejos e dinâmicas que borboletavam à sua volta.

Em ciências, conhecer é saber, prever e poder.

Logo, gerou-se uma sequência tripartida entre os elos seguintes: o domínio da natureza imprimia a transferência do sagrado para o campo do desenvolvimento sem fim; a tradição servia uma memória dinamizada pelo sentido do melhor; e a razão, expressão

bem sucedida nomeadamente nas ciências e técnicas, dava coesão a tudo.

Com o condão de tornar a novidade obsoleta pouco tempo depois, a fé num progresso permanente e inexorável das técnicas - e, por arrastamento, das ciências - surgia como factor epistemológico determinante, onde a ideologia se exprimia à vontade, por mérito da sua mensagem publicitada. Defendendo uma história cumulativa, dentro de um desenvolvimento orientado e sem cesuras de maior, a legitimação pelo futuro dominava todos os quadrantes mentais. E tinha fundamentos para isso. Porque os sucessos rebentavam em cadeia, uns atrás dos outros. Era a electricidade, o telefone, o telégrafo, a rádio, a fotografia, os cabos submarinos. Era uma imprensa mais dinâmica, acompanhada por correios e transportes mais rápidos.

Estes meios, nunca dantes suspeitados, começavam a favorecer a popularização das descobertas científicas e das inovações técnicas. Assim, os discursos disciplinares fundadores e os fenómenos científicos ligados a nomes passavam a ser ouvidos por várias partes, contando com mensagens eficientes, difundidas em maior escala.

O mundo pasmava com tanto avanço! E o discurso memorial do mundo científico-tecnológico engrandecia-se com razão, através de actos que, muito embora recentes, não deixavam de ter magia. Mais. Pela primeira vez, a memória científico-tecnológica passava a retirar bons efeitos da motivação exemplar e do fascínio exemplificativo, conseguidos pela proximidade no tempo e no espaço.

Todavia, sendo uma memória muito mais curta do que as anteriores, não conseguia poupar os lugares desactualizados, os livros ultrapassados e o equipamento obsoleto, ao sótão do seu esquecimento. Microscópios em desuso. Balanças em mau estado. Armários de laboratórios antiquados. Listas antigas de material. Revistas velhas. Muito disto tudo foi destruído ou deixado ao abandono, em nome do progresso sem fim.

Nessa altura ainda, o processo invasor da curta duração, do passageiro, do evanescente começou a balbuciar os seus sucessos. Não sem ambiguidades. Porque persistem expressões de outros sentires, qual resposta para uma eternidade que se procura, mesmo quando a sensação de eternidade perdida domina o quotidiano, e quando a solidez e durabilidade do avanço significa fuga concreta para superar o transitório ou volátil.

À mistura, outras manifestações aconteciam, como o primeiro interesse pela História das Ciências e Filosofia das Ciências. Apesar de enfermarem dos limites epistémicos da época que as viu nascer, foi nessa altura que estas tendências irromperam. Vêm ao serviço de uma memória cumulativa do conhecimento, num tempo linear, sem rupturas, onde as perdas seriam sempre diminutas e onde o impulso algébrico dos adquiridos mereceria o epíteto de tradição a perdurar. Berthelot, Dumas, Comte, Engels deixaram testemunhos de como havia quem sentisse a necessidade de uma cronologia e de uma gnosiologia das ciências. O conhecimento científico por ser processual, logo organizado segundo lógicas específicas, requeria um estudo atento, como contrapartida ao esquecimento, diziam.

Conhecer é integrar uma temporalidade contínua, com muitas descobertas e sucessos.

A secularização moderna gerou muitas novidades emergentes, havendo uma que teve particular alcance para as modalidades da memória colectiva, que fica cada vez mais ideológica. Trata-se da tomada de consciência, por parte dos governos, sobre o que (não) é desejável que os cidadãos saibam ou ignorem. Assim, sendo importante assumir uma posição definida, passa a ser da competência do Estado, zelar explicitamente, e em maior escala, pela orientação global dos canais formativos, o que deve ser conhecido e lembrado ou o que deve ser desconhecido e esquecido, segundo ditames emanando dos seus próprios deveres e, por isso, responsabilizando os governantes.

Por outras palavras, as sociedades foram percebendo, progressivamente, que a instrução teria de ser alargada, em extensão e compreensão. Se isto surgia como factor positivo em questões de eficiência, era usado, igualmente, com impactos vários na propaganda política. Com uma rede mais ampla, o sistema educativo, atingindo pessoas ao longo de um período maior, passou a ampliar o alcance do testemunho, veículo adequado para passar a tradição durante as aulas ou dentro dos tratados e manuais. Fosse pela oralidade ou pela escrita, fosse de modo pormenorizado ou mais sintético, a escola assumia a sua quota-parte como transmissora da memória. A evocação mostrava, pois, uma funcionalidade que só seria supérflua, na medida mesma em que servia objectivos estruturantes do conhecimento.

A partir do início do século XX, algumas coisas principiaram a mudar, ainda que lentamente: a legitimação de preservar começou a definir-se mais, certas alterações favoráveis ao regime da memória começaram a ocorrer. O futuro tornava-se menos visível, com alguns rompimentos, caminhando para afastar resquícios de qualquer tipo de princípio orientador e de sentido explicativo hegemónico.

Sem hiatos, crises ou rupturas, o mundo das ciências traduzia, a seu modo e com mais impacto, efeitos desta situação. Pertencer à escola de..., ter tido como mestre..., ter sido convidado por..., ser discípulo de... representavam sintomas de linearidade, integração numa linhagem, pertença a uma família. Logo: reconhecimento reiterado, situação pessoal individualizada, prestígio social e até promoção profissional. Diga-se que estes sintomas eram acompanhados de signos e sinais que materializavam formas de estar, de onde a comunidade científica retirava confiança para o presente e estímulo para o futuro, mediante várias marcas.

Marcas visíveis no tempo dos gestos colectivos. Estas marcas traduziam-se em acontecimentos de celebração, das comemorações, às homenagens e aplausos, usando o exemplo como paradigma a imitar. Definiam-se modelos que faziam parte de uma discursividade onde o país de origem, a influência do ensino, a educação recebida, as instituições frequentadas faziam parte de qualquer bibliografia, mesmo quando sintética.

Marcas visíveis no tempo das vivências íntimas. Na época, quem não se deixou influenciar pela imagem persistente de Louis Pasteur - alsaciano distinto, católico

praticante, filho irrepreensível, pai extremoso, marido perfeito, qual coração batendo ao ritmo do mundo - que os livros de ensino do francês repisavam, sempre adaptando os conteúdos às faixas etárias dos alunos? E qual terá sido, a mulher, que em fase de doutoramento, não se lembrou (e da lembrança retirou uma qualquer mística), do exemplo da polaca Marie Sklodowska, para gáudio da França, Curie por casamento?

E os Prémios Nobel?

Com eles, a mentalidade dominante localizava, em torno de júri situado num país particularmente desenvolvido, o valor atribuído à necessidade de reconhecer o combate dedicado em prol de uma vacina, a vocação assumida para atingir uma lei ou a missão de transpor mais um avanço na conquista de uma teoria significativa. Simultaneamente, elevava este sector privilegiado da memória moderna, em prol das suas estrelas, ídolos e heróis, à escala mundial.

Para finalizar, não se denegue, contudo, quanto esta configuração da memória científica moderna foi tantas vezes partidariamente associada a intuítos nacionalistas, segundo esta fórmula:...aos Cientistas de eleição, a memória da Nação reconhecida...

## **CRISE DA MEMÓRIA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA ACTUAL?**

Primeiro, atenda-se a duas situações óbvias: hoje, vive-se uma aceleração da história e a crise da memória passa através de uma tradição por defeito. Depois, acrescente-se um lugar comum: a globalização e a internet invadiram os nossos tempos e espaços. Como consequência, a sociedade actual está imbuída de bloqueios amnésicos fortes. Isso acontecendo por causa dos ritmos dominantes no quotidiano e dos meios de comunicação disponíveis: os instantes prevalecem e as proximidades virtuais são cada vez maiores.

Na cidade actual, reflexo de cúmulo anteriores, coexistem várias espácio-temporalidades e memórias difusas, onde irrompem intervenções recentes: do bairro, à praça e ao complexo habitacional. A tendência geral evidencia maiores ou menores mesclas de funcionalismo e de organicidade, enquanto razões economicistas provocam uma habitabilidade questionável.

Daí que aumentem as situações, a requerer a argúcia da reflexão profunda de Martin Heidegger em torno do Construir, Habitar, Pensar, seja a capacidade de denunciar como o modo-de-construir condiciona o modo-de-habitar. Aspecto a relevar a responsabilidade das infra-estruturas no quotidiano personalizado, porquanto o conceito da construção não equivale ao conceito de habitação, e a diferença estimula grandes-nadas com reptos no modo-de-pensar.

A característica da permanência, associada ao peso da estrutura urbana e da arquitectura, não pode iludir a existência de crises e de mudanças, com múltiplas camadas materializadas, descontinuidades que obrigam a proteger o património

memorial, dentro de uma paisagem harmónica, incluindo as novidades e as ousadas arquitectónicas.

A importância deste elemento estruturante é de tal modo elevada que muita da insegurança urbana resulta de medos ambientados por um esquecimento generalizado. Na verdade, grande quantidade de problemas das sociedades contemporâneas resulta de malhas urbanas sem enraizamento.

Desta feita, bem podem as manchas verdes tentar quebrar o abuso do cimento, segundo critérios de um outro estar na vida, todavia os resultados continuam sem o alcance desejado, por ser difícil anular o impacto massificador do construído.

Desta feita, bem pode ainda a arte pública ser usada para colmatar lapsos na ordem do passado e das tradições, pois os conjuntos continuarão reféns do individualismo - do anonimato às massas desprovidas de sentido -, quando não houver contributos para humanizar os ambientes.

No entanto e apesar das polémicas havidas, as soluções encontradas para dois casos radicais dos últimos tempos - a construção de Brasília ou o preenchimento do “vazio da vergonha” em Berlim - demonstram uma capacidade inovadora e integradora - os brasilienses e os berlinenses gostam de os habitar - .

No mundo virtual, a cibercidade representa a guarda-avançada de um processo, onde persiste um questionamento da ordem das coexistências e da ordem das sucessões, e onde a configuração dominante está interceptada por sinais emergentes, a partir dos finais do século XX: Pitágoras definiu sequências e ritmos musicais ligados aos números; Euclides criou uma geometria baseada no ponto e na linha: portugueses e espanhóis estriaram os mares com coordenadas e paralelos: renascentistas e flamengos chegaram à perspectiva por vias diferentes e complementares; Newton considerava o espaço e o tempo absolutos; Kant dizia que eram princípios a priori dos sentidos, o dentro e o fora do sujeito era formalizado.

Em quaisquer dos casos, predominava uma ontologia vertical, centralizada, com linearidades e hierarquias, bem definidas e fixas. Depois, veio Foucault e equacionou a realidade-simbolismo do panoptismo moderno. A partir dele e com ele, Deleuze e Derrida retomaram Bergson ou Leibniz, criando um pensamento pós-moderno forte. René Thom e Jean Petitot ajudaram com novas matemáticas, por seu turno. John Cage ia deslumbrando no mesmo tom. Tschumi levantou o Parc de La Villette segundo todas essas pistas. O MoMA consagrou o Desconstrutivismo em 1988. Emanuel Pimenta musica e architecta, indo mais longe nas tecnologias informáticas.

Com estes e outros conceitos à mistura, houve mudanças na paisagem, na ficção, na ciência e nas nossas vidas. Logo, começaram a despontar emergências que permitem detectar como o espaço e o tempo estão a ser pensados segundo irrupções, sinuosidades e oscilações, com nomadismos e sentidos múltiplos. Sem topologias geométricas e sem cronologias lineares, com simulacros e coexistências de paradigmas, a cidades futura está a nascer...

"Preveja-se, pois, que avultarão interfaces a amplificar o conjunto ambiental. Como lhes cabe contrariar as concepções cartesianas de espaço e fomentar intercepções multi-sensoriais, elas abrirão oportunidades para novas combinatórias entre o natural e o artificial, o natural e o cultural

O sistema não é linear, mas dinâmico e emergente. O todo não é a soma das partes, mas há sempre um excedente: o excedente para além de qualquer somatório. A sobra do significado aumenta a virtualidade dos significantes, a comprovar tanto as potencialidades da materialidade quanto as concretizações.

O conceito de estrutura – termos e relações entre termos –, é desarticulado por enredos interceptados e pela desconexão das linhas – da vertical à horizontal –, em favor de temas interrompidos e nomadismos, onde as barreiras entre o construído e o não-construído tendem a anular-se, porque cada um deles elege uma propriedade invasiva. Assim, a modelagem do terreno ou a construção de saliências no solo contorna o pendor maioritário para o plano, enquanto cria perspectivas moldadas pela sinuosidade de côncavos e convexos.

Outra tendência expressiva resulta de intervenções como a de Thomas Hirschhorn (1957-)<sup>xv</sup>, em prol de um argumentação capaz de discutir o movimento “do observador para a obra de arte”<sup>xvi</sup> e a identificação do projecto com “a realização utópica de uma prática artística concreta”.

A acção revolucionária das biotecnologias, apostada em trajectos manifestamente favoráveis à multiplicação de híbridos propicia, por sua vez, novas intercepções, com resultados surpreendentes.

Não sendo de desejar que a jardinagem de ponta passe a ser somatório de imagens experimentais, é indiscutível que os laboratórios, a montante e a jusante, instituem uma expressão permanente dos seus contornos reais, ou seja, a visibilidade de um aparato laboratorial subjacente e permanente.

Se conseguir diminuir ou anular o determinismo, preside-lhe algo de flutuante não só entre aquilo que os climas impunham e as estações do ano determinavam outrora, como aquilo que as tecnologias passaram a favorecer. Aliás, não era esta a utopia dinamizadora do esforço, nos jardins de aclimação e nas estações agronómicas?

Como terá sido uma das mensagens da exposição Le Jardin Planétaire<sup>xvii</sup>, organizada como desejo de fundo para o novo Milénio, que começava relembrando ecossistemas dos Novos Mundos, não só por via de uma economia extractiva, no extremo o pau-brasil, como através da gestão de agriculturas com métodos de adaptação para acomodar as espécies a situações provindas de intercâmbios, no máximo roteiros inter-continentais.

A expressão criada por Gilles Clément sublinha uma acepção ecológica de tipo optimista, por isso, é notório que serviu como alerta para denunciar a urgência de consignar a diversidade do vegetal, a pluralidade das jardinagens e a responsabilidade do jardineiro

num contexto local, mas com consciência global.

De acordo com esta lógica, a relação entre o respeito pelo ambiente e o crescimento durável favorece a diversidade dos seres e das práticas, contra a uniformização massificadora da vida e dos métodos.

Concluindo, tratar-se-ia de um “jardim cujo limite seria a biosfera: o limite da vida, onde o seu território compreenderia a abundância do que é vivo, da terra, do ar e da água e que teria como centro as potencialidades insubmissas da vida e suas invenções; os sonhos do homem e suas utopias. Um e o outro construindo dia a dia, juntos, a imprevisível trajectória da evolução”.

Logo, assume o estatuto de uma totalidade sem limites, presidida por harmonias e por afinidades, onde cada um sente os acordes concertados da Natura e da Cultura.

A utilização de tecnologias informáticas avançadas permitirá, cada vez mais, um suplemento de significação, pois promoverá a recombinação de posições temporais, enquanto repartições do tempo. Os processos relacionais tocarão o aleatório, por vezes. O cruzamento de dados factuais e de estímulos alimentará metáforas transformadoras, numa interactividade entre o sujeito e o objecto, mas superará sempre o entrevisto, por via de uma série de imprevistos.

A problematização em torno das imagens contemporâneas da representação, de acordo com o pensamento inovador de filósofos significativos como Gilles Deleuze e Jacques Derrida<sup>xviii</sup>, favorece a articulação de ideias e de percepções reorientadas para texturas de infinitas repartições, com desvios e novas relações.

A proposta de uma topologia afastada de uma ontologia com eixos geométricos, no primeiro, e devendo ser concebida como “receptáculo” de propriedades cambiantes, no segundo, traz para os jardins um dimensionamento de abertura e de instabilidade, na antítese da tradicional ideia de um fechamento e de uma estabilidade construtiva. Com fluxos e deformações. Sem pontos estáticos.

A explosão generalizada em torno de um centro fixo, no contexto problematizado do tradicional logocentrismo europeu, dinamiza uma miríade de combinatórias para estímulos vários. Desde que actue a inserção de uma tónica desconstrutivista a atingir o presente e o ponto, o que surgirá, de facto, é um misto de imponderáveis e de prospectivas intervindo nas redes e nas cadeias significantes.

A reversibilidade entre meios e objectos, a favorecer estados mistos e misturas consecutivas, estabelece enredos ramificantes que servem para concretizar caminhos rizomáticos, onde o fruidor expõe a capacidade de ser interceptado pela sensualidade receptiva e encontra um meio propício para a inter-actividade, disseminada na mistura: complexidade e contradição.

O paradoxal incentiva um inconformismo votado ao futuro. Cooperar com a realidade, porque se quer alterá-la. Assumir uma sensação de precariedade, onde o que vai

desaparecer é valorizado, na sua limitação no tempo, e faz sentido. Expor menos objectos do que processos.

Com a expansão do procedimento, o imaginário formal do utente permanente ou do visitante fortuito será servido por mais factores metafóricos, sobrepostos à mutabilidade do vegetal. Nada de fixo nem de constante. Mas a alteração e a variabilidade. Oscilações. Elipses. Reordenações. Exponencial. Mais fluxos do que lugares. Melhor ainda, fluxos globais de signos, de sensações e de pessoas.

Onde a inteligibilidade global resultará da aliança com as diferenças, como a sensibilidade global precisará de usufruir, entre os sentidos e os diversos conteúdos ou as diversas formas.

Microcosmos desde sempre e para muitos, metáfora desejada para o mundo por alguns, será de ambicionar que os jardins concretizem, mais efectivamente, a essência que exceda o étimo germânico primitivo ligado à ideia de fechado, para se constituírem como ambientes abertos a passeios pelas coisas naturais, trajectos que permitirão percorrer derivas entre realidades e visões, moldadas para um modo novo de habitar, com beleza, também."<sup>xix</sup>

Passe-se a descrever a situação a nível de uma área concreta: o que está a acontecer com a História das Ciências na comunidade científica actual?

Recuando ao passado para melhor detectar o presente, percebe-se que, apesar dos iluministas enunciarem problemáticas e motivações relacionadas com a dinâmica temporal do conhecimento científico, a individualidade disciplinar da História das Ciências só começou a ser possível, a partir do século XIX.

Na verdade, os enunciados e gestos discursivos que materializaram esta ocorrência supuseram um sistema epistémico, onde a dimensão temporal representava uma categoria fundamental de inteligibilidade para compreender a natureza humana e suas produções, e onde a dimensão científica começava a incluir, além de adquiridos práticos indiscutivelmente bem sucedidos, desde o início da modernidade (ciências matemáticas e físicas), temáticas cognitivas novas, mas já promissoras (ciências sociais e humanas).

Inseriram-se igualmente, numa perspectiva ligada mais directamente ao contexto material, num sistema sócio-económico, onde as ciências beneficiavam das estruturas, avanços e conquistas decorrentes da segunda revolução industrial, e onde sobressaíam, não só como entidades necessárias às técnicas e engenharias, mas também como agentes destacados em prol de uma mentalidade global servindo uma mística de progresso. Esta mística de progresso extrapolava-se em adquiridos cognitivos e em factores materiais, concebidos como fins a incrementar à escala mundial, incluindo a certeza que a evolução presente e futura da ciência, enquanto pletora de conhecimentos fundamentais e aplicados, traria, seguramente, um mundo melhor para todos.

O reconhecimento, por parte da ideologia dominante, de como o melhor dos mundos possíveis implicava a intervenção actual(izada) das ciências, foi-se associando a um ideal

tendendo para valorizar a importância de as conhecer desde o passado. Como encarassem tais preocupações sob a égide de um imperativo, o positivismo e o neo-positivismo assumiram um papel destacado entre os demais.

Já neste século, as condições epistemológicas que presidiram à definição do estatuto disciplinar da História das Ciências revelaram um percurso com determinadas características: a ideia globalizante em termos de desenvolvimento (Comte) ou de evolução cedeu lugar ao conceito de crescimento (Popper, Kuhn); o modelo continuísta de história sem hiatos nem crises (Duhem) foi substituído pela detecção de mutações (Koyré) rupturas (Bachelard, Althusser) ou revoluções (Kuhn); o conceito de progresso (Spencer) foi questionado e abandonado em favor de uma consciência muito menos ilusória e otimista (Foucault); o elo entre História das Ciências e Filosofia das Ciências, de origem marcadamente francesa, sofreu mudanças, quer no sentido de maior separação entre as duas (Popper), quer no sentido de interligações mais fundamentadas e consequentes (Canguilhem); a integração interdisciplinar, a nível de problemáticas e metodologias, foi aumentando.

A exigência de haver uma área disciplinar de História e Filosofia das Ciências retirou sentido dos requisitos seguintes: a identidade e a autonomia das duas disciplinas não invalida a pertinência da sua constituição num campo, passível de interceptar e de entrecruzar questões em comum; a viabilidade desta postura torna-se óbvia sempre que se insiste na recorrência a conteúdos históricos, por parte da Filosofia das Ciências, ou quando se prossegue na investigação tendendo para lógicas de inteligibilidade, no caso da História das Ciências.

As estruturas sociais e mentais que determinaram a dinâmica em favor do reconhecimento institucional desta área mostraram que a comunidade científica percebe, cada vez mais, quanto as matérias e os conteúdos de índole histórica equivalem a uma vertente (in)formativa de peso.

Paralelamente, aumentam os defensores da sua utilidade efectiva para professores, investigadores e técnicos. Apesar de permanecerem resistências provenientes de meios fechados, por resquícios positivistas ou pelo imperialismo tecnocrático, é indiscutível que ela faz parte dos currículos ministrados nas universidades e faculdades de prestígio. Importa atender ainda aos problemas que tem levantado a profissionalização dos agentes.

Se a formação de base é em humanidades será aconselhável uma formação complementar em ciência. Se a formação de base é científica será necessária uma formação posterior em teorias e metodologias históricas. Todavia, é preciso não esquecer como é difícil de atingir uma harmonia e um nível idêntico entre as duas formações; razão acrescida para se defender quanto estas matérias, conteúdos e métodos sempre beneficiarão de projectos realizados por equipas interdisciplinares.

Além disso, todo o profissional deverá ter consciência que trabalha com objectos originados no interior de conceitos e de modos de fazer no tempo, e destinados a serem retrabalhados por um rigor teórico e metodologias historiográficas actualizadas e

adequadas. Na verdade, uma disciplina deste género actualiza, ao produzir um objecto novo, um jogo particular entre o homogéneo e o heterogéneo, porquanto implica intercepções entre discursividades várias, do científico ao filosófico e histórico: o primeiro objecto é construído a partir de fenómenos naturais ou humanos, no quadro de uma configuração teórica e de modelos precisos de abordagem. Porque não equivale a nada de dado, mas de feito, chama-se-lhe factos científicos; o segundo objecto é criado a partir de factos científicos, que são sujeitos a uma reelaboração através de princípios teóricos e de métodos historiográficos, de molde a transformar os acontecimentos científicos ocorridos no tempo em factos científicos e históricos.

Este objecto só adquirirá existência quando se fizer intervir um espaço fundamental, sem o qual nada de válido e de rigoroso será feito sobre o homem e suas produções quando perspectivados dentro da ordem das sucessões. Trata-se do arquivo.

Aqui, como aliás com qualquer outra investigação historiográfica, o contacto-convívio com as fontes primárias é imprescindível e só ele evitará que não se acumulem erros, por desconhecimento ou interpretação abusiva dos documentos. Com efeito, a heurística deve ser planificada de molde a reunir uma informação suficientemente representativa, o que corresponde, nas ciências modernas, a um corpus memorial heterogéneo e complexo; o qual irá das teorias aos métodos, dos cientistas às instituições, dos equipamentos às formas de associativismo. Tal base é imperiosa para que a memória veiculada pela documentação secundária seja relida e reavaliada. Por isso, não são de desprezar os perigos decorrentes de erros ocasionados por quem se outorga o direito de hermenêuticas, repetindo afirmações e escrevendo textos sem qualquer autoridade, por falta de formação ou por afastamento do arquivo.

Dispondo de várias metodologias de descrição e de interpretação, cabe ao historiador das ciências escolher os modelos mais adaptados aos objectos em causa, sabendo que todos os modelos apresentam lacunas e limitações, e que cada uma das aplicações cria objectos diferentes. Daí o interesse de tornar conscientes e explícitos os princípios e a priori de que parte, podendo a Teoria da História e a Filosofia das Ciências ser particularmente fecundas. Quando se perspectiva a produção científica e o modo como a comunidade científica funciona, na actualidade, é-se levado a defender que as ciências estão intimamente ligadas a factores e interesses sócio-económicos.

A realidade de hoje, porventura mais óbvia e excessiva, não estará, contudo, demasiado afastada de outras realidades que foram acontecendo, desde que as ciências modernas emergiram a partir do século XVI, porquanto: o processo das ciências está sempre a ser influenciado ou a influenciar a sociedade onde se integra; o devir da sociedade tem ou recebe impacto da formulação do pensamento científico contemporâneo. Paralelamente, induz-se uma confluência: a História das Ciências, a Filosofia das Ciências e a Sociologia da Ciências lucram em compreensão e em extensão, quando se deixam interceptar e influenciar mutuamente.

Embora internalistas e externalistas não atribuam a mesma importância ao papel desempenhado pelas estruturas mentais e sociais na formulação das estruturas científicas, pois partem de lógicas e de níveis de análise diferentes, ninguém pode negar,

de um modo radical e pertinente, que a configuração epistemológica das ciências, numa determinada época, seja independente das teorias e sistemas económicos vigentes.

Logo, a realidade histórica e a exigência disciplinar apontam para benefícios decorrentes de uma articulação. Se esta articulação não se efectiva, tanto quanto seria de desejar, é porque encontra, entre outros bloqueios, entraves provenientes das estruturas institucionais. Qualquer afastamento parece prejudicial, porquanto esta forma de organização corresponde a inerências teóricas fundamentais. Todavia, como outros do género, este evidencia quão importantes poderão ser instâncias institucionais interdisciplinares que facultem o diálogo entre disciplinas afins, na investigação e ensino.

O que está a acontecer com a memória em indicadores institucionais significativos, como o são os Museus de História Natural, os Museus das Ciências, os Museus das Técnicas e das Tecnologias? A actualidade evidencia que o saber-poder está interessado nestes espaços, favorecendo-os em número e qualidade. Por isso, lhes outorga verbas a não desprezar, dos Science Center a La Villette. Por isso, se serve deles, como contrapartida. A relação diz-se com intuitos sociais, nomeadamente pedagógicos. Mas acaba por ter também alvos publicitários. Pode interiorizar ainda algo de propaganda. Algo de apologético, até. Todavia, apesar destes sinais, a comunidade científica tem uma posição ambígua perante o seu património espiritual e material. Aspectos que se tornam evidentes no modo como se posiciona face aos arquivos, bibliotecas e museus das ciências. Se, por um lado, os acolhe e multiplica, revelando um carinho especial pelo seu património histórico. Por outro lado, evidencia certa condescendência pejorativa, remetendo-os para o que chama de divulgação científica, com os seus perigos de pedagogismo ou como mensagem tão didáctica que reduz o saber ao ver. Associadas à ideia de vulgarização, estas expressões, podem ser usadas muitas vezes com um tom de superioridade e desprezo, que não favorece o diálogo entre os cientistas e o grande público.

Surgindo como mais adequada, a expressão "comunicação científica" é, sem dúvida, melhor, porque não traduz uma situação de desnível entre os interlocutores, porque não revela uma distância ostensivamente desejada ou mantida. Contudo, devido aos preconceitos vigentes, só pode ser usada por um ciclo restrito, nitidamente de esquerda: quem o faz, fá-lo predominantemente por motivos alternativos. Um circuito comunicativo equilibrado proíbe pólos demasiado afastados, pelo que importa estabelecer regras propiciadoras de uma linguagem rigorosa, mas com algum grau de acessibilidade. Ou seja, o recurso a um vocabulário adaptado à situação, logo, nos antípodas do especialista petulante que usa e abusa da gíria profissional. Evidentemente que dizer o difícil através de uma forma fácil vai de par com atitudes de base democrática, porque requer um esforço aturado, mantido com simplicidade, para ser autêntico. No universo teórico e experimental das ciências actuais, conhecer é um processo à margem da identidade de um qualquer sujeito e de uma qualquer memória, frequentemente.

Lisboa, Janeiro 2007

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Reformulação do trabalho O lugar da memória na história do conhecimento e na comunidade científica e museológica actual, integrado no projecto Literacia científico-tecnológica e opinião pública: o caso dos consumidores dos Museus das Ciências, subsidiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. A primeira versão foi apresentada em Mylenio y Memoria - Congresso Internacional Europa-América: Museos y Archivos para a Historia de la Ciencia, Buenos Aires, 2000, publicada no CD-ROM das respectivas actas, bem como, posteriormente, em [http://www.triplov.com/ana\\_luisa/memoria.html](http://www.triplov.com/ana_luisa/memoria.html); a primeira parte foi publicada ainda em Ana Luísa JANEIRA - A memória entre a Europa e os Novos Mundos. In "Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos", Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, 577-582, e a segunda parte em Ana Luísa JANEIRA - A memória na comunidade científica actual. "Territórios e Fronteiras", Cuiabá, 5 (1), Jan.-Jun., 2004.

<sup>ii</sup> Como a primeira versão deste texto equivale a um exercício pessoal de memória acompanhado pela reflexão, síntese crítica a partir de conteúdos resultantes de uma formação filosófica, não se recorreu a nenhuma bibliografia, ao longo do texto. Mesmo assim e dada a qualidade teórica, destaquem-se, todavia, estes dois títulos: Pierre Nora - Les lieux de mémoire de la République. Paris, Gallimard, 1984 e José Augusto Mourão - Liturgia e Estética (a memória e o rito). "Humanística e Teologia", Porto, 19, 1998, 81-100; os quais, embora tratem da presença da memória num tempo concreto ou numa comunidade específica, contêm enunciados importantes para a compreensão genérica da forma como as comunidades vivenciam a memória e como actua a memória colectiva.

<sup>iii</sup> Alexandra Soveral DIAS; Ana Luísa JANEIRA – Os jardins nos mitos de criação do mundo. Lisboa, Apenas Livros, 2006, 12-13.

<sup>iv</sup> Testamento Velho, Traduzido em Portuguez segundo a Vulgata Latina. Tomo I que contém o Génesis. 1783, (2, 8-9). - " ao principio, Segundo os Setenta, e os Padres gregos, citados por Theodoro, este termo não diz respeito ao tempo, em que o paraíso foi creado por Deos, mas ao lugar, em que foi creado. E affirmo ao principio he o mesmo que, ao Oriente. Calmet.

<sup>v</sup> Termo afim ao de "Éden", e muitas vezes utilizado como tal.

<sup>vi</sup> Borralho, L. e M. Fortes. Descrições Do Reino Vegetal. Do Jardim Do Éden Às Terras De Vera Cruz. "Episteme", Porto Alegre, 15, Ago.-Dez. 2003: 72-73.

<sup>vii</sup> Aspecto que foi posto progressivamente em causa, por certo devido a uma qualquer mudança climática, como as cartas do Padre José Anchieta a atestam, contrariando com canículas a bonança inicial.

<sup>viii</sup> Os indígenas sobreviviam bem, mas é sabido ser difícil atribuir uma idade exacta a quem não pertence à mesma raça.

<sup>ix</sup> No caso De alguãs Cousas mais notaueis do brasil e de algus costumes dos Índios, obra escrita muito provavelmente pelo Padre Francisco Soares (1560 - 1597), em 1590, o enunciado significativo integra aspectos principais que se dizem assim: "terra mui temperada", "poucas doenças", "o veraõ e inverno se enxerga pouco", "o dia cõmum.te he igual a noite la vi hum homem de 130.e de 160.annos e inda dizia faria qualquer cousa cõ huã frecha", "cheio de aruoredado e de diversas cores e a folha nunca lhe caie". Frases intercaladas por uma síntese lapidar: "todo o brasil parece hü jardim fresco", Coisas Notáveis do Brasil. vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura, 1966, 9.

- 
- <sup>x</sup> Ana Luísa Janeira, A.L., L. Borralho e M. Fortes. Inovação-Tradição-Globalização - As ciências modernas à descoberta do mundo: Mapeando a natureza brasílica nas rotas dos mares do sul, 2003. Episteme, Porto Alegre, 21, Suplemento Especial, Jan.-Jun. 2005, 47. - <http://www.triplov.com/citsul/anamario/html>
- <sup>xi</sup> Ana Luísa JANEIRA - Todo o Brasil parece um jardim fresco. “Episteme“, Porto Alegre, 15, Ago.-Dez. 2003, 45-70.
- <sup>xii</sup> Alexandra Soveral DIAS; Ana Luísa JANEIRA – Os jardins nos mitos de criação do mundo. Lisboa, Apenas Livros, 2006, 14-16.
- <sup>xiii</sup> Le Théâtre Anatomique. Uppsala, Uppsala Universitet, 1977, 3.
- <sup>xiv</sup> Ana Luísa JANEIRA – O Panoptismo no espaço, no tempo e nas normas sobre a loucura In Tania Gali FONSECA; Ana Luísa JANEIRA; Luiz Artur COSTA “Estrias da Razão através da loucura - ?fazer Razão na Loucura?”, Lisboa, Apenas Livros, 2006, 11-12.
- <sup>xv</sup> Thomas Hirschhorn (1957-) - Anschool II. Porto, Museu de Serralves, 2005-2006.
- <sup>xvi</sup> Le Jardin Planétaire. Paris, Parc de la Villette, 1999-2000.
- <sup>xvii</sup> Todas as referências são retiradas de documentação distribuída durante a exposição.
- <sup>xviii</sup> Fábio Duarte - Arquitectura e Tecnologias de Informação da Revolução Industrial à Revolução Digital. São Paulo, AnnaBlume, 1999, 179-185.
- <sup>xix</sup> Ana Luísa JANEIRA - Jardins entre Natura, Cultura e Utopia, elaborado no âmbito do projecto internacional Construire de la ville, conquérir de l’espace: comment une société pense son avenir, coordenado por Isabel Marcos.  
[http://www.e-geo.fcsh.unl.pt/pdf/working-papers/Ana\\_Luisa\\_Janeira.pdf](http://www.e-geo.fcsh.unl.pt/pdf/working-papers/Ana_Luisa_Janeira.pdf)